

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
DO GRUPO ÂNIMA EDUCAÇÃO

**A Crise da legitimidade política no século XXI: Como as teorias contemporâneas
explicam a ruptura entre o Estado e a Nação**

Gian Neves Mazetto, Giovanna Couto, Giullia Libretti Mendes e Vitor Gonçalves de
Moraes

São Paulo,
2023.

Gian Neves Mazetto, Giovanna Couto, Giullia Libretti Mendes e Vitor Gonçalves de Moraes

A Crise da legitimidade política no século XXI: Como as teorias contemporâneas
explicam a ruptura entre o Estado e a Nação

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Anhembi Morumbi.

Orientador: Carolina Cristina Loucao Preto

São Paulo,
2023.

A Crise da legitimidade política no século XXI: Como as teorias contemporâneas explicam a ruptura entre o Estado e a Nação.

Gian Neves Mazetto, Giovanna Couto, Giullia Libretti Mendes e Vitor Gonçalves de Moraes

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Anhembi Morumbi.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Carolina Cristina Loucao Preto
Universidade Anhembi Morumbi

Membro da banca (1)

[Nome do membro da banca]
Universidade Anhembi Morumbi

Membro da banca (2)

[Nome do membro da banca]
Universidade Anhembi Morumbi

RESUMO

Dado a importância dos movimentos sociais, culturais e econômicos subsequentes do fenômeno que chamamos de globalização ocorrido principalmente durante o final do século XX e início do século XXI, este artigo tem como principal desafio responder através da comparação entre teorias contemporâneas, que buscam contextualizar e aclarar sobre a ruptura entre o Estado e a nação ao redor do mundo. Ademais, essas teorias apresentam ainda alguns pontos de paridade, que também serão discutidos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo parte de uma pesquisa apuradora, com a coleta de informações feitas por meio de pesquisas bibliográficas. A interpretação da realidade será questionada a partir da exposição e comparação dos conceitos apresentados pelas teorias principalmente de Manuel Castells, Yascha Mounk, Daniel Ziblatt, Steven Levitsky e Jason Stanley. As hipóteses formuladas com base nas pesquisas feitas estão dentro de uma esfera de características sociais que compõem resultados discutíveis sobre a interpretação da nossa sociedade perante a credibilidade com que os cidadãos enxergam a relação entre Estado e Nação.

A escolha de uma abordagem comparativa para analisar através de diferentes perspectivas como e porquê acontece a ruptura entre o Estado e a Nação será pautada a partir da discussão sobre a importância da democracia e como ela influencia o sentimento de pertencimento e representatividade do povo perante ao Estado. Sabe-se que, na teoria, a democracia deve garantir a soberania do povo, ou seja, que os direitos e necessidades daqueles que participam e ocupam a vida política sejam atendidos e respeitados, prezando o bem-estar social e a qualidade de vida dessa nação, assegurando que a população participe de forma efetiva na resolução dos problemas que os afetam diretamente.

Palavras-chave: Democracia; Política; Sociedade; Ruptura.

ABSTRACT

Given the importance of the following social, cultural and economic movements in the phenomenon we call globalization, which occurred mainly at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, the main challenge of this article is to respond by comparing contemporary theories that seek to contextualize and clarify the rupture between the state and the nation around the world. Furthermore, these theories also present some points of parity, which will also be discussed.

The methodology used to develop this article is based on investigative research, with information gathered through bibliographical research. The interpretation of reality will be questioned based on the exposition and comparison of the concepts presented by the theories mainly of Manuel Castells, Yascha Mounk, Daniel Ziblatt, Steven Levitsky and Jason Stanley. The hypotheses formulated on the basis of the research carried out fall within a sphere of social characteristics that make up debatable results about our society's interpretation of the credibility with which citizens view the relationship between state and nation.

The choice of a comparative approach to analyze from different perspectives how and why the rupture between state and nation occurs will be based on the discussion of the importance of democracy and how it influences the people's sense of belonging and representativeness towards the state. It is known that, in theory, democracy must guarantee the sovereignty of the people, that is, that the rights and needs of those who participate and occupy political life are met and respected, valuing the social well-being and quality of life of this nation, ensuring that the population participates effectively in solving the problems that directly affect them.

Keywords: Democracy; Politics; Society; Rupture.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.....	1
2.1 OS PRINCÍPIOS CONCEITUAIS DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA.....	1
2.1.1 Definições de democracia.....	1
2.1.2 Evolução, transformações e modelos de democracia.....	2
2.1.3 A democracia liberal.....	7
2.2 O COLAPSO DO SISTEMA REPRESENTATIVO MODERNO.....	9
2.3 Diversidade e representatividade.....	15
3. DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	18
3.1 GLOBALIZAÇÃO E O GOVERNO DAS ELITES.....	20
3.2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E AS MÍDIAS SOCIAIS.....	25
4. CONCLUSÃO.....	27
5. REFERÊNCIAS.....	28
6. ANEXOS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Dado a importância dos movimentos sociais, culturais e econômicos subsequentes do fenômeno que chamamos de globalização, principalmente durante o final do século XX e início do século XXI, este artigo tem como principal desafio responder, através da comparação de teorias contemporâneas, contextualizar e aclarar sobre a ruptura entre o Estado e a nação ao redor do mundo. Ademais, essas teorias apresentam ainda alguns pontos de paridade, que também serão discutidos ao longo deste artigo.

Foram analisados em âmbitos econômicos, ideológicos, sociais e culturais quais relações ou diferenças servirão para questionar ou não a ruptura entre o Estado e a Nação. Os pontos que levaremos em consideração para essa reflexão são fatores como: desigualdades sociais, falta de investimentos em educação, saúde e segurança, altos impostos, inflação, escândalos de corrupção, valores políticos que não representam à população por conta de movimentos contrários à suas religiões, ideologias de gênero, raças ou poder aquisitivo.

O objetivo geral desta pesquisa tem como foco apontar com clareza possíveis movimentos sociais, culturais ou econômicos que deixaram marcas durante o período pós-Guerra Fria dentro daquilo que conhecemos como o processo de globalização, visando assim o recolhimento de fatores chaves que possam demonstrar para os futuros consumidores desse conteúdo de qual maneira essas marcas puderam fazer com que a Nação pudesse se afastar do seu próprio Estado, ou seja, como aqueles que regem suas nações perderam credibilidade para com sua população.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 OS PRINCÍPIOS CONCEITUAIS DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

2.1.1 Definições de democracia

A democracia é constantemente definida como uma forma de governo. A palavra é utilizada por jornalistas, historiadores, críticos e até por políticos ilustres para descrever um modelo no qual prevalece a soberania popular e a igualdade de direitos. Embora correta, essa caracterização pode ser insuficiente ou até mesmo imprópria para qualificar um Estado que simplesmente se auto proclama como democrático.

Antes de tudo, é importante deixar claro que a democracia não é propriamente uma *forma* de governo, no sentido mais literal da palavra. Isso porque a democracia é, acima de

tudo, um *princípio*, uma ideia para ser utilizada como guia para a elaboração de regras e instituições. O que interessa, portanto, é descobrir quais são os valores e ideias que compõem a estrutura conceitual da democracia.

Dessa forma, Robert Escarpit acredita que democracia é quando batem na sua porta às cinco da manhã e você acha que é o leiteiro (Castells, 2017) . Essa definição, embora bem caricata, pressupõe que a ideia de democracia está vinculada a um estado de paz e tranquilidade, onde os cidadãos têm o direito a uma vida digna.

Por outro lado, Mounk (2018), descreve a democracia de maneira mais técnica, considerando-a como “(...) um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas.” Já Castells (2017), reúne ambas as esferas em uma única ideia: ”Na realidade, a democracia se constrói em torno das relações de poder social que a fundaram e vai se adaptando à evolução dessas relações, mas privilegiando o poder que já está cristalizado nas instituições.” Por fim, a definição que consideramos como mais apropriada e de melhor aplicabilidade para os tempos contemporâneos é a apresentada por Robert Dahl: o conceito de Poliarquia, ou o governo de muitos.

Dahl compreende que a democracia é uma ideia utópica, baseada em dois pilares centrais: a responsividade e a responsabilidade. O primeiro indica o grau de eficiência do Estado em responder às demandas da sociedade, enquanto o segundo pressupõe a ética governamental em garantir a manutenção dos direitos básicos como liberdade e representação.

Conforme analisa Mounk (2018) ”(...) o modelo conceitual de Dahl integra a proteção dos direitos liberais à própria definição de democracia. De modo que torna impossível perguntar se a democracia e o liberalismo podem estar se separando.”

Apesar das divergências teóricas apresentadas, muito mais importante do que definir a ideia por trás do conceito de democracia, está a necessidade de analisar as diferentes formas das quais podemos aplicar esses princípios na vida real de maneira a construir ferramentas que permitam conceber organizações políticas essencialmente democráticas.

2.1.2 Evolução, transformações e modelos de democracia

Falar de democracia é falar de um dos regimes políticos mais antigos da história. A palavra vem do grego e traduzida para a língua portuguesa significa algo similar à “povo no comando” e apesar dessa definição trazer em palavras uma afirmação tão direta, não é assim que funcionava entre os gregos e tão pouco como funciona atualmente.

No ano 5 A.C nasceu na Grécia antiga, em Atenas, os primeiros passos daquilo que se conhece como democracia e naquela época os únicos que realmente faziam parte do grupo elegível a participação nas decisões políticas eram aqueles considerados cidadãos - homens, filhos de pais atenienses, maiores de idade e livres - sendo assim mulheres, escravos e estrangeiros estavam excluídos de participar de práticas democráticas, havendo então uma discriminação que excluía a grande maioria do povo de exercer a atividade.

Essa fragmentação de quem tinha ou não direito de participar da democracia não surge de forma aleatória, a história do povo grego passou por fases, regimes e transformações que influenciaram mudanças na constituição Ateniense, berço da democracia. Diante desses ocorridos podemos reconhecer que a evolução da democracia teve como origem o fim do sistema oligárquico, que visava a existência de pequenos grupos monopolizadores do poder político, logo, do funcionamento da sociedade.

De forma geral, esses processos tinham como motivação chegar a um modelo de governo que fosse ideal para aquele Estado naquele contexto histórico, e por isso foram desenvolvidas diversas leis, reformas e assembleias, que juntas contribuíram para estabilidade das relações políticas e jurídicas dentro da cidade, além de darem um pontapé inicial à inserção de mais pessoas nas decisões políticas. Vale ressaltar que por mais que essas transformações tenham sido marcadas por algumas progressões, o sistema era imaturo e por consequência seguia sendo discriminatório com relação a parcelas minoritárias da sociedade.

Um momento marcante para evolução na democracia dos antigos foi a criação da Lei Democrática, que defendia que “Todo cidadão é igual perante a lei”, uma vez que todos eram livres. Porém o fato de serem livres era a única característica de semelhança entre os membros, uma vez que existiam pessoas de todas as classes econômicas e sociais, o que resultava em uma democracia restrita, visto que nem todos faziam parte da vida política e aqueles que deveriam ter acesso a ela, não podiam usufruir de forma igualitária dos seus bens e direitos.

Posteriormente, a democracia expandiu-se para grande parte da Europa. A Inglaterra viveu por muitos anos em uma luta constante movida por conflitos religiosos e pelo desejo de combater o Absolutismo, regime que centralizava o poder decisório nas mãos de um rei. Depois de uma série de reinados e uma insatisfação generalizada do povo perante ao regime da época, por volta do século XIII se fez necessário a criação de um conselho formado por parte da população com a finalidade de mediar as decisões do rei, e a formalização da famosa Carta Magna, que foi o primeiro documento da história do mundo moderno a prever detalhes semelhantes aos direitos fundamentais, constitucionais e humanos para a sociedade. Vale

salientar, porém, que a criação desses recursos não foi um divisor de águas no que se diz respeito a conduta dos reis, que de forma geral seguiram sendo desfavoráveis e gerando revolta no povo, por mais que esses recursos tenham uma representação muito grande do início do processo de transformação do parlamento inglês, até se tornar o que é hoje.

No momento histórico conhecido como Revolução Puritana, conflito religioso que envolvia os puritanos e anglicanos comandado por Oliver Cromwell, o conselho criado anteriormente se torna um parlamento mais consolidado, após ter passado por um cancelamento ordenado pelo rei Carlos I. Oliver era conhecido como alguém que lutava a favor do povo, das igualdades e liberdade de expressão, em contrapartida com a reabertura do parlamento, ele acabou se perdendo em seus princípios a partir do momento que passou a tomar medidas mais autoritárias, ocasionando em uma fase ditatorial nesse período. Com o seu falecimento o parlamento voltou à ativa, uma vez que os parlamentaristas que estavam furiosos com tudo que estavam passando juntaram forças com a dinastia Stuart - grupo que participou ativamente em Revoluções no território inglês durante quase 100 anos - e então o grupo convocou o genro do rei Jaime II que estava na Holanda, um importante, influente e poderoso comerciante chamado Guilherme de Orange para assumir o reinado da Inglaterra, mas com uma condição, assinar um documento chamado de “*Bill of Rights*”, que teria o poder de por fim, colocar o rei abaixo do parlamento.

A assinatura do documento, por sua vez, veio para revolucionar a maneira com que a Inglaterra funcionava de uma vez por todas - até o momento - levando em consideração que até essa altura da história, mesmo em uma era contemporânea, o país inglês vive em uma Monarquia Parlamentarista, ou seja, com a presença de uma realeza não absolutista. O Parlamento segue tendo esse papel principal na maneira de conduzir os assuntos políticos e os habitantes da Inglaterra são os responsáveis por colocar seus representantes dentro dessa instituição parlamentar. Através desse exemplo, assim como aconteceu na Grécia, a democracia apresentou suas características mediante personalidades que acreditavam que esse regime político seria um dos melhores que já foram criados.

Décadas adiante, a ideia de democracia ressurgiu com mais força. O constitucionalismo moderno trouxe à tona, através dos federalistas, a ideia de que a democracia representativa seria o único modelo capaz de dar certo nos Estados modernos, visto que, nesse modelo o povo não participaria de forma direta das tomadas de decisão da vida política, mas poderiam escolher seu representante para tomar essas decisões por eles, fazendo referência ao ideário liberal, que subordina a condição de cidadão a sua relação com a propriedade privada, e consequentemente, constituindo-se em um produto do capitalismo.

Sendo assim, pode-se dizer que as bases do liberalismo e da democracia se uniram para a formação da democracia liberal. O liberalismo se teoriza com base na sociedade Inglesa do século XVII, no qual Locke defende a criação de um Estado de autoridade legislativa baseado na igualdade natural, que se concretiza no trabalho, ou seja, o Estado assegura a reprodução da igualdade natural entre os homens através do trabalho, e qualquer excedente seria um elemento de desigualdade, manifestando a consequência da sua própria natureza. Para ele: "... qualquer sociedade política não pode existir nem subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade - isto é, a vida, a liberdade e os bens - contra os danos e ataques de outros homens ..." (Locke, 1983, p. 67).

Empiricamente, a igualdade defendida por Locke era alcançada somente na relação de propriedade, substanciando a ideia de que a concepção liberal é politicamente discriminatória, pois não tem como meta o sufrágio universal, a igualdade das mulheres e paridade dos trabalhadores, não podendo ser considerada, em seus primórdios, como uma teoria politicamente democrática. Entretanto, o grande mérito do liberalismo é o reconhecimento da igualdade individual, mesmo que essa igualdade seja formal, reconhecendo assim que, de forma jurídica, todos os homens são iguais perante a lei (não que na prática esse direito tenha sido viabilizado), prevendo assim a equidade dos pontos de partida e não dos pontos de chegada.

Apesar das contradições, o liberalismo e a democracia se convergem partindo da ideia comum do indivíduo, dando corpo e alma ao nascimento da democracia liberal, que é nada mais nada menos que uma adaptação do liberalismo com relação aos movimentos democráticos, determinando assim o fundamento de igualdade entre os homens e de uma organizada competição entre indivíduos. De forma geral, a democracia moderna é pautada na democracia representativa, que defende a ideia de que o representante político deve atender os interesses e necessidades da nação que o escolheu para tal, e não os seus interesses individuais dos representados, isto é, seu mandato não pode ser vinculado.

Diversos teóricos da democracia moderna rejeitam essa ideia de participação direta, uns pois acreditavam que o povo não conseguiria governar a si mesmo, outros porque enxergavam o sistema representativo como uma farsa, mas de modo geral pode-se afirmar que esse sistema tem como principal objetivo fazer com que o povo pudesse interferir nas decisões políticas, ou seja, aperfeiçoar a representatividade mesmo com uma sociedade capitalista.

Rousseau trás nesse contexto a ideia de que a adoção do Contratualismo seria a única maneira de legitimar todas as forças da sociedade, uma vez que, a sociedade é desigual e a

igualdade se concretiza no Estado, ou seja, o Estado é o local no qual os elementos desiguais se acordam com a finalidade de criar um Estado de natureza que supra a desigualdade entre homens. Sendo assim, pode-se afirmar que a submissão dos indivíduos ao Estado traria consigo a genuína liberdade.

É evidente que os fundamentos da teoria rousseuniana não abrangem a igualdade absoluta, isso porque ela está baseada no princípio de identidade entre os homens, e não em suas relações econômicas, mas incluem e defendem a ideia de que as desigualdades existentes no âmbito econômico não devem resultar em disparidades políticas. A igualdade que Rousseau busca é aquela intrínseca ao próprio homem, ou seja, o homem como essência de si mesmo e da sua bondade, e a partir disso, o teórico compila suas primeiras críticas à democracia representativa pressupondo que, o fato do povo simplesmente votar em eleições, não quer dizer que suas vontades estejam sendo representadas, e afirma ainda que o povo se engana ao pensar que é livre, pois após o momento de eleição, ele se torna escravo daquilo que ele mesmo escolheu.

Dessa forma, Rousseau trouxe a participação popular como uma grande exigência das democracias contemporâneas, e na sua opinião, o povo só seria capaz de expressar suas vontades através da construção de uma democracia direta, desenvolvendo assim a ação responsável, individual e política como resultante da participação nas tomadas de decisão.

Com a evolução e o entendimento da complexidade de algumas sociedades, essas teorias acabam se tornando um tanto quanto problemáticas, isso porque esse formato exigiria condições de governo difíceis de serem alcançadas. Em contrapartida, pode-se dizer que a democracia direta e a democracia representativa não devem ser colocadas como elementos divergentes, mas sim complementares, até porque, como disse Rousseau: "Se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Governo tão perfeito não convém aos homens" (Rousseau, 1983, p. 86).

Através do desenvolvimento evidente nos séculos XIX e XX, pode-se reconhecer que as questões em pauta para a manutenção da democracia se tornaram mais complexas, trazendo consigo a necessidade da criação de condições mínimas para garantir o bem-estar social para as grandes massas necessitadas da população, isto é, de nada adianta a articulação entre democracia direta e representativa, se elas não estiverem acompanhadas pelos níveis econômicos e sociais do seu povo.

A redução das desigualdades sociais está diretamente ligada com a ampliação da democracia, isso porque a igualdade econômica em um sistema capitalista é totalmente fantasiosa, e o significado de democracia é propriamente amarrado à condição

socioeconômica dos atores envolvidos na vida política. De forma geral, a desigualdade econômica limita a democracia, conduzindo a sociedade a uma desigualdade política, pois o povo só será realmente representado por seus governantes quando estes deram as devidas condições intelectuais para que seus eleitores participem da vida política e usufruam de seus direitos como cidadãos, exercendo assim controle sobre seus representantes com a finalidade de terem suas maiores dores solucionadas.

2.1.3 A democracia liberal

Durante muito tempo, a representatividade política estava fundamentada numa relação de confiança entre o povo e seu governo, relação essa que foi arduamente conquistada em seus primórdios para garantir que o Estado fosse local de bem-estar social para sua população, assegurando assim que seus direitos e deveres fossem totalmente respeitados, e suas necessidades atendidas com prontidão.

Em contrapartida, é inevitável reconhecer que essa relação de confiança se quebra cada vez mais, promovendo um abismo entre a sociedade e o governo, isso porque a política se mostra voltada para um cenário excludente com relação a grande parte do povo, uma vez que a mesma é pautada na ideia de criar o “personagem” de um líder, que se adequa de acordo com as pesquisas de opiniões e organizações que visam um único objetivo particular, apartando assim, qualquer tipo de conhecimento técnico e intervenção que possa vir a surgir por parte daqueles que serão governados. De modo geral, pode se dizer que os políticos conseguem chegar a cargos de poder graças a persuasão e manejo dos meios nos quais a população, desprovida de um conhecimento efetivo sobre seus governadores, consome de forma assertiva, tornando o processo decisório enviesado e muitas vezes equivocado, mas que de forma inocente acaba representando a forma como democracia é aplicada em grande parte do mundo.

Com o passar dos anos o governo representativo passou por diversas modificações, e pode-se dizer que em meados do século XIX as mudanças que mais chamam atenção são a conquista do direito ao voto e a emergência dos partidos em massa, considerados ingredientes fundamentais da democracia representativa, pelo simples fato de que a organização das vontades do eleitorado fez com que os programas políticos passassem a ser o principal instrumento para competição eleitoral. Esses fatores acabaram promovendo uma grande aproximação entre os representantes e representados, transformando completamente sua relação, isso porque o povo se sentia pertencente daquele partido, tendo sempre a sensação de

que faziam parte de um grupo de pessoas que compartilham as mesmas crenças e preocupações, mantendo um pressentimento de controle sobre seus representantes políticos.

De tempos em tempos surgia a discussão se o modelo de governo era mesmo favorável no que diz respeito a representatividade do seu povo, e entre idas e vindas, podemos dizer esses fatores acabaram por desempenhar um grande avanço na democracia, e não somente pela difusão do direito ao sufrágio, mas também pela criação de uma identidade social que se originou dessa sensação de maior participação nas escolhas públicas, aproximando-se do ideal de autogoverno.

Pode-se afirmar que a crise da representativa decorrida em épocas antigas e a crise que enfrentamos atualmente tem uma semelhança notável - ambas são relacionadas a ideia de que as características identitárias entre representantes e representados estão cada vez mais fracas, e o que acaba por contribuir com essa contínua discussão ao redor da aplicabilidade dos governos representativos.

O governo representativo é baseado na concepção de práticas e instituições concretas, onde a representação política é dada através da escolha de um líder por aqueles que serão governados, líder esse que não necessariamente precisa ser semelhante ao seu povo, desde que suas diferenças não influenciam diretamente no seu plano de governo e não discrimine uma parcela do seu eleitorado. Vale reforçar, que nesse modelo eletivo, não existe subordinação dos governados perante a seus governadores, isso pois o direito do povo é justamente cobrar e interferir nas decisões do governo, garantindo assim que suas vontades e necessidades sejam ouvidas, e que eventuais descasos sejam denunciados. Em contrapartida, o representante dispõe de uma independência parcial diante da preferência de seus eleitores, isso porque eles detêm da liberdade de escolher se vão ou não cumprir com aquilo que foi prometido durante sua eleição, dependendo se as circunstâncias condizem ou não com as suas prioridades pessoais, visto que essa é mais importante que sua carreira política, mas sempre tendo em vista que com isso ele corre o risco de perder sua reeleição e a confiança de seu povo.

Diversos autores sublinham uma enorme diferença entre a Democracia propriamente dita e o Governo Representativo, pautados na ideia de que a representação é uma forma de governo totalmente diferente e mais adequada ao ser comparada com a democracia direta, isso porque a representatividade dos governos se voltam em um processo decisório mais racional, construindo uma forma política condizente com o tempo que o seu povo tem para se dedicar à política, uma vez que estão preocupados com produzir e trocar riquezas - graças ao conhecido modelo capitalista - sendo baseada na ideia de confiança no governo escolhido através das eleições para desempenhar com precisão essa tarefa.

O ponto chave do sucesso da representação é a capacidade do representado de opinar na vida pública, que só poderá se tornar realidade com base em dois fatores, o acesso à informação política e a liberdade de expressão. O acesso à informação política é um direito do povo e tem intuito de tornar as decisões governamentais públicas - na prática esse fator é pouco considerado e em grande parte enviesado, ou seja, na maioria das vezes o povo não tem acesso a informações autênticas e seguras, o que deslegitima esse fator. A liberdade de expressão é parte da vida dos indivíduos e deve ser resguardada pelas decisões coletivas, sejam elas puramente políticas ou pessoais e individuais, atuando como forma de agir frente ao governo e defender suas necessidades - fator que na prática também é contraditório, visto que o povo até demonstra sua opinião, mas essa é realmente acatada pelo governo?

O governo representativo é conhecido como o governo do debate, isso porque a ideia de representação sempre esteve ligada com a ideia de discussão, uma vez que os representantes devem se sentir libertos para expressar as necessidades dos representados dentro de um determinado recinto de assembleia, desempenhando um papel decisivo. E a estrutura que justifica esse modelo de governo ser administrado através de assembleias é de que a verdade é a base das leis, e o debate é o único caminho aceitável para determiná-la.

É o caráter coletivo de uma manifestação que faz dela um ato político, isto é, os governantes até podem ignorar opiniões individuais expressas de maneira dispersa, mas não podem fazer o mesmo com multidões nas ruas, por mais pacíficas que sejam, e nem deixar de considerar petições que reúnem milhares de assinaturas. Em suma, o exercício da democracia é um ato coletivo, e seu significado vai muito além buscar representatividade somente em sua realidade social e econômica, mas também transparece no ideal de que a população como um todo tem o poder de fazer as massas minoritárias serem ouvidas.

2.2 O COLAPSO DO SISTEMA REPRESENTATIVO MODERNO

As bases institucionais e ideológicas da democracia liberal persistiram com eficácia nos anos pós-Guerra Fria e início do século XXI. A força de seus ideais e seu mito fundador foram capazes de apaziguar insatisfações sociais que de outra maneira teriam levado a conflitos e insurreições. Mounk explica que:

“A democracia liberal agrada a gregos e troianos: para as massas, é a promessa de deixar que deem as cartas; para as minorias, de proteger seus direitos contra uma maioria opressiva; e para as elites econômicas, de que poderão conservar sua riqueza. Essa qualidade camaleônica ajudou a dar à democracia liberal uma estabilidade inigualável.” (Mounk, 2018)

No entanto, a virada para a década de 2010 trouxe alguns desafios para esta ordem até então estabelecida. Novas guerras, novas crises e novos políticos alteraram significativamente o cenário internacional e ameaçaram o predomínio da democracia liberal. O primeiro evento significativo foi a eleição de Viktor Orbán na Hungria como primeiro-ministro neste mesmo ano, presidente do partido nacional-conservador Fidesz, o político já havia ocupado o mesmo cargo anteriormente, entre os anos de 1998 a 2002. Além de contar com um parlamento repleto de assentos de seu partido, Orbán modificou a democracia húngara de dentro para fora, realizando movimentações até mesmo nas cadeiras e nomeações do Supremo Tribunal da Hungria. Ele ficou conhecido principalmente por conta dos discursos de ódio propagados aos imigrantes, a comunidade de diversidade de gênero e sexualidade, além de ter criado um órgão regulador da imprensa local para monitorar, cassar concessões e aplicar multas às empresas de comunicação.

Não obstante, o maior símbolo desta crise é Donald Trump, empresário americano eleito em 2016 como o 45º presidente dos Estados Unidos pelo partido Republicano. Trump já era conhecido por suas movimentações no mercado imobiliário, além dos seus comentários e polêmicas acerca da política doméstica americana. Seu governo foi marcado por políticas externas agressivas no que tange os temas de imigração, sustentabilidade, onde o país americano retirou-se do Acordo de Paris, um dos principais tratados sobre determinações ambientais e climáticas, visando reduzir o impacto da indústria para com a natureza. Em seu governo surgiu até mesmo o rumor de uma 3ª Guerra Mundial, devido a disputa bélica e militar, principalmente com países como Coreia do Norte e Rússia. Além disso, a ascensão de movimentos neonazistas ganharam força no território americano, bem como os casos de xenofobia, racismo e violência policial.

As ideias por trás da eleição de Trump são semelhantes àquelas que levaram ao *Brexit*, nome dado à saída do Reino Unido da União Europeia. O movimento se deu a partir de um plebiscito onde foi revelado o sentimento negativo dos ingleses em relação à crise dos refugiados, onde os mesmos se sentiam desfavorecidos com as obrigatoriedades impostas pela ONU - o que facilitou a entrada desses imigrantes e levou os ingleses a questionarem sua soberania em relação a suas fronteiras - sobre os países membros da UE que serviriam de asilo a essa crise humanitária. Ademais, os cidadãos pertencentes ao Reino Unido, afirmaram que com esta saída, o investimento em educação e comércio se fortaleceriam, a política internacional poderia ser mais decisiva e as negociações seriam mais incisivas para com as suas necessidades e interesses.

Embora estes fenômenos representem as vontades dos cidadãos locais, é um sentimento que se percebe em várias partes do mundo. Pesquisas apresentadas através do material de apoio do livro *Ruptura* de Manuel Castells, mostram que o índice de confiança política analisado entre os anos de 2002 a 2017 vem declinando a cada ano, estudo feito pela Comunidade dos Estados Independentes (CEI), organização intergovernamental regional dos países que compunham a antiga União Soviética.

Este fato não se limita apenas ao Leste Europeu, segundo o Eurobarômetro, projeto de pesquisas públicas usado pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu e por outras instituições da União Europeia para monitorar a opinião pública na Europa, a desconfiança do cidadão pertencente a bloco regional flutua entre 70% a 80% em uma média considerando os países pertencentes da UE, sendo notável o ano de 2013 - ano que podemos considerar como um divisor de águas para a democracia liberal mundial - o número chega ao recorde de 82% de desconfiança da análise total. Quando analisada a desconfiança em partidos políticos no ano de 2016, encontramos altos índices na Grécia com 93%, na Eslovênia com 91% e França com 90%. O continente europeu apresenta como um todo, com altos índices, a ascensão da inquietude política em relação ao Estado, as instituições e principalmente, a aflição com a democracia.

A percepção generalizada de que a esfera política encontra-se de algum modo separada da sociedade civil é histórica. À exceção dos movimentos revolucionários crescentes a partir do século XVIII, durante a maior parte da experiência humana no planeta a grande massa de cidadãos permaneceu afastada dos centros de poder. De certo modo, mesmo que a contemporaneidade seja a era mais democrática da humanidade, essa sensação permanece. No entanto, o fenômeno contemporâneo é ainda mais complexo, pois ele sugere que os eleitores em todas as partes do mundo estão cada vez mais insatisfeitos, e não estão apenas fartos de algum político ou partido específico, mas estão descontentes com a própria democracia liberal (Mounk, 2018). Nas origens desta insatisfação podemos encontrar um sentimento comum: o de que o governo não está sendo responsivo às demandas populares, ou seja, trata-se de uma crise de representação política. Conforme explica Manuel Castells (2017):

“Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam.” (Castells, 2017)

O autor conclui que o modelo de representação vigente se corrói conforme o cidadão se percebe em uma situação de crise generalizada, que acomete os âmbitos econômico, social, institucional e moral. Ele traduz este sentimento através da constatação de que “Na percepção quase unânime dos cidadãos, a pior profissão que existe é a de político.”

Na medida em que a crise de legitimidade política reflete uma deficiência na até então consolidada democracia liberal, é preciso explorar ambos os fenômenos para se ter uma compreensão abrangente dos motivos que levaram ao crescimento de políticos antidemocráticos e antissistema ao longo da última década.

Como resultado, na medida em que a crise de legitimidade política se expande na sociedade e ganha espaço na esfera pública, ela provoca uma deficiência na até então consolidada democracia liberal, podendo levar inclusive ao seu fim. De maneira sutil, ideais e propostas antidemocráticas podem ser difundidas dentro do sistema e corroer toda a sua estrutura, sem que a maioria dos cidadãos seja capaz de perceber.

O imaginário popular costuma pensar no fim de uma democracia através de um evento dramático, com a presença de armas, bombas, assassinatos e uma extinção abrupta da constituição e do regime político vigentes. No entanto, experiências históricas como vistas na Alemanha e na Itália no período entreguerras demonstram que as democracias podem ser corrompidas de uma maneira muito mais lenta e sutil, através da subversão das normas e instituições por líderes democraticamente eleitos ou ao menos legalmente indicados para o cargo (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A degradação democrática ocorre de maneira originalmente legítima, isso porque as reformas realizadas pelos líderes com a intenção de tornar o processo decisório mais democrático acabam resultando no acúmulo de poder, diminuindo assim a capacidade de contestação e a participação popular, uma vez que as reformas são respaldadas constitucionalmente, o que dificulta que os cidadãos identifiquem que há algo de errado. Por isso, é importante encontrar formas de reconhecer esse risco antes que se torne impossível o exercício da oposição.

Levitsky e Ziblatt (2018) , ao comentarem sobre a chegada de Hitler, Mussolini e Chávez ao poder, reforçam a existência de um elemento comum: um *outsider* político. Uma figura crítica ao *establishment* e que chega com perspectivas anti sistêmicas, convidadas pelos próprios políticos estabelecidos, que os chamam em uma tentativa de conquistar a força popular que se reúne em volta desses demagogos. Nos três casos estudados, as elites políticas abdicaram de suas responsabilidades por medo, ambição e erros de cálculos. (Levitsky; Ziblatt, 2018). Muitas figuras deste tipo ganharam destaque na última década. Afirmando

defender a vontade popular contra um ataque de uma elite corrupta e conspiradora, e com uma promessa de campanha de acabar com esta elite e devolver o poder ao povo (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Em resumo, os populistas acreditam na ideia de que um líder honesto e que represente fielmente os anseios da nação deva chegar ao poder para então extinguir todos os obstáculos institucionais que dificultam o exercício da vontade popular e colocar as soluções em prática. Mounk explica que "Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas." Dessa forma, acreditam que "(...) se as soluções para os problemas do mundo são tão óbvias quanto dizem, as elites políticas devem estar deixando de implementá-las por um motivo ou outro: ou são corruptas ou estão trabalhando secretamente em prol de interesses externos." Embora o apelo populista aparente ter um espírito democrático, ele demonstra na realidade um descontentamento dos eleitores com as normas básicas da democracia. Isso ocorre porque os cidadãos em geral apresentam dificuldade em lidar com os desafios implícitos na existência de uma democracia, como negociações, compromisso e concessões (Levitsky; Ziblatt, 2018). O fato de que a democracia implique sempre em uma vitória parcial e que determinada agenda política seja sempre contestada por opositores provoca desânimo entre os políticos e eleitores, que se tornam cada vez mais descrentes com o modelo representativo e a própria democracia liberal.

Além disso, a frustração com a burocracia estatal não pertence somente aos políticos, mas também à sociedade civil. Mounk (2018) explica que "No conceito mais simples de Estado, as pessoas elegem legisladores que transformam a vontade popular em leis. Os burocratas então aplicam essas leis a casos particulares." Porém, as propriedades dessa relação são bem mais complexas. Com o aumento na quantidade de servidores públicos, seu papel e influência cresceu consideravelmente entre os séculos XX e XXI. Como consequência: "Tomados em conjunto, esses dois fatores significam que boa parte das leis a que o cidadão comum deve obedecer são hoje escritas, implementadas e às vezes até propostas por funcionários públicos não eleitos. (Mounk, 2018)".

Por esses motivos, líderes frustrados, com o apoio de uma população descontente, tendem a buscar formas de aumentar sua governabilidade destruindo as normas e instituições que a regem, seja de maneira rápida ou gradual. Dessa forma, as instituições responsáveis pelo arbítrio do governo e da sociedade civil são grandes alvos de líderes com inclinações autocráticas. Os autocratas em ascensão buscam substituir funcionários públicos e servidores civis por apoiadores, ou simplesmente destroem as instituições e criam outras em seu lugar.

Para lidar com a oposição, basta comprar os oponentes ou enfraquecê-los. Além disso, também tentam silenciar figuras públicas ou cooptá-las para uma acomodação recíproca. Como consequência destas medidas: "Uma vez que os principais oposicionistas, mídia e empresários são afastados ou marginalizados, a oposição se esvazia. O governo "ganha" sem necessariamente quebrar as regras." (Levitsky; Ziblatt, 2018). Além da conquista dos árbitros e da oposição, é preciso também controlar as regras do jogo. É neste momento que os outsiders populistas tornam-se de fato autocratas, pois o controle sobre o sistema político se dá através de reformas na Constituição, no sistema eleitoral e demais instituições do governo, fazendo com que a nova configuração enfraqueça ou impeça a atuação da oposição (Levitsky; Ziblatt, 2018). Todas essas medidas acabam sendo aprovadas pela opinião pública, que se torna mais propensa a tolerar medidas autoritárias em momentos de crise.

Quando isto acontece, as salvaguardas constitucionais não são suficientes para proteger a democracia, porque as constituições nunca conseguem abarcar todas as possibilidades da vida civil e política, o que resulta em leis abertas à diversas interpretações. Além disso, leis também podem ter seu significado deturpado, sendo aplicadas de maneira contrária àquelas que seus idealizadores tinham em mente. Por esses motivos, as democracias dependem de normas democráticas não escritas para sua sobrevivência: a tolerância mútua e a reserva institucional. (Levitsky; Ziblatt, 2018). A primeira diz respeito ao direito dos opositores de existirem, competirem pelo poder e de governar. A segunda refere-se ao ato de evitar tomar atitudes que contrariem o espírito de uma lei, ainda que a respeitem.

Além disso, ela afirma que "Quando a democracia é estável, é porque os principais atores políticos estão dispostos a aderir às regras básicas do jogo democrático na maior parte do tempo." (Mounk, 2018). Ambas as normas democráticas são ameaçadas pelo surgimento de demagogos. Por conta de seus discursos comumente agressivos e desafiadores, eles provocam um ambiente de caos, hostilidade e desconfiança, que acaba por polarizar a sociedade. Por sua vez, a polarização é uma ameaça real para a manutenção das normas democráticas.

É esse o motivo pelo qual tais líderes políticos ameaçam a democracia liberal antes mesmo de assumirem o cargo ou de tomarem medidas autoritárias: a desobediência às normas e a postura contra o establishment político enfraquece as instituições e o regime político como um todo. Portanto, o ponto de partida para impedir a ruptura das democracias liberais é a identificação e o combate às figuras autoritárias que possam ameaçá-la. Eles demonstram como a seleção de candidatos era feita nos bastidores, em salas enfumaçadas, nas quais as desvantagens de cada indicação era analisada com cuidado. No entanto, tais práticas não eram

puramente democráticas, pois não havia prestação de contas para a sociedade. Ainda assim, apontam que esta prática “(...) tinha uma virtude que hoje costuma ser esquecida: prestava-se a uma função guardiã, mantendo figuras comprovadamente impróprias fora da votação e longe do cargo. (Levitsky; Ziblatt, 2018)”. Em conclusão, “Era, antes de tudo, a sua aversão a riscos que os levava a evitar extremistas. (Levitsky; Ziblatt, 2018)”

No caso dos Estados Unidos, os partidos políticos conseguiram manter os *outsiders* populistas fora do poder durante boa parte de sua história, até a chegada de Donald Trump. Embora isso tenha ocorrido somente em 2016, a falha no mecanismo de filtragem dos partidos é antigo, desde a criação do sistema de primárias presidenciais vinculantes em 1968, na qual as indicações presidenciais passaram a depender dos próprios eleitores.

Ainda que a eleição em primária confira legitimidade aos candidatos, impedindo uma intervenção drástica do partido depois de escolhido, a eleição de Donald Trump pode ser explicada pela ineficiência do Partido Republicano em não ter se oposto a ele, causando uma divisão de votos no eleitorado. Na realidade, o partido optou por normalizar a eleição. (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Dessa forma, os comportamentos inapropriados de políticos populistas não devem ser compreendidos como acidentais. Por trás de frases de efeitos, atitudes chocantes e eventos caóticos, o discurso populista busca aproximar-se da população e simultaneamente contestar ou ridicularizar a civilidade praticada na esfera política, que para muitos não passa de artificialidade. De maneira mais direta, ele exemplifica sua afirmação esclarecendo que “Desde o início, Trump se situou acima do establishment político, tanto republicano como democrata, e se voltou diretamente para o povo. (Castells, 2017)”.

Portanto, a crise da democracia liberal pode resultar em dois tipos de regimes distintos. O primeiro deles seria uma democracia iliberal, um Estado que se propõe a atender as demandas populares e representar a nação, mas sem necessariamente zelar pelos direitos individuais e pela independência das instituições. Por outro lado, os regimes podem ser orientados por um liberalismo antidemocrático, onde os cidadãos possuem seus direitos assegurados, mas sem participação efetiva no governo.

2.3 Diversidade e representatividade

Para Émile Durkheim, a sociedade como um todo é orgânica, podendo ser definida como um conjunto de pessoas que estabelecem entre si relações sociais, que constituem um todo maior do que a simples soma das suas partes. Uma sociedade ou um sistema social não é

apenas o resultado de uma agregação das partes exatamente porque esses indivíduos são interdependentes, deve-se levar em consideração as diferenças do coletivo dentro deste meio. O Estado-nação, que está sendo discutido neste artigo, nasce na França e na Inglaterra, a partir do tratado de Paz de Vestfália, em 1648. O Estado-nação é uma sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território, que nos remete a ideia de uma única instituição de maior iminência. Os mesmos estão voltados para o desenvolvimento econômico, que passa a ser sua fonte principal de poder e de legitimidade, sendo também o instrumento de ação coletiva da sociedade.

O Estado só se democratiza à medida que a sociedade também se democratiza, ou seja, quando as diferenças de poder dos cidadãos devido ao capital, ao conhecimento, e à capacidade de organização e comunicação que eles comandam vão sendo gradualmente reduzidas. O mesmo é a principal e mais abrangente instituição que a nação ou a sociedade civil usa para atender ao interesse público ou ao bem comum, em outras palavras, para promover seus objetivos políticos. O que o cidadão espera do Estado é que ele garanta seus direitos de cidadania, ou seja, que lhe dê segurança ou o proteja: contra o inimigo externo, contra a desordem interna, contra a violência do próprio Estado e de cidadãos e organizações poderosos (direitos civis), contra o governo autoritário (direitos políticos), contra a desigualdade, contra a fome e a pobreza, em relação aos cuidados de saúde, na velhice (direito sociais) e contra a captura do patrimônio público e do meio-ambiente (direitos republicanos). O Estado é a grande instituição normativa e organizacional que regula e coordena a ação social em uma sociedade nacional.

Entretanto, o mesmo e a democracia desde sua origem, foram moldados principalmente em torno das relações de poder, e que objetivamente deveriam se adaptar com o passar do tempo e das evoluções das relações sociais e culturais, o que na realidade não ocorre ao longo dos anos quando se é analisado. O movimento sempre favoreceu as relações de poder que já estavam intrínsecas nas instituições que compõem não somente o Estado, mas a sociedade como um todo, e não somente as relações, como também as pessoas, em sua maioria homens, que sempre fizeram parte de uma elite privilegiada. A partir das diferentes formas de democracia apresentadas nos capítulos anteriores, podemos compreender que desde os primórdios desse sistema, a segregação entre os diferentes grupos é presente no nosso meio.

Podemos citar como um grande exemplo parte da desigualdade de gênero, o sufrágio feminino, movimento que reivindicou o direito ao voto e à participação das mulheres nas decisões políticas da sociedade e que deu força ao feminismo e a luta por igualdade de gênero

consecutivamente. O movimento surge no final do século XIX e início do século XX junto com as primeiras ondas de democracia também evidenciadas anteriormente, mas a presença de mulheres na sociedade se dá desde a origem da espécie humana. O pioneirismo do voto feminino ocorreu na Nova Zelândia, em 1893 contando com seus 130 anos de existência, mas a realidade em outros lugares do mundo é bem distante disso.

O sufrágio feminino apresenta menos de 100 anos de existência na grande maioria dos países e contou além disso com a necessidade de cumprimento de exigências básicas em alguns lugares - assim como a definição de cidadão na Grécia antiga - tal como na Noruega, que dependia da posição social que a mulher apresentava. Podemos citar também o caso da Arábia Saudita que garantiu o direito ao voto e possibilidade de uma mulher se candidatar às eleições apenas em 2011. Ou como no Brasil, o direito ao voto foi concedido somente em 1932 pelo então atual presidente da época, Getúlio Vargas, sendo que atualmente as mulheres representam cerca de 53% do eleitorado brasileiro. Mas ainda, contamos com uma mulher à frente do poder executivo em nossa história durante os anos de 2011 a 2016, sendo Dilma Rousseff a 36ª presidente do Brasil, fato que também é uma exceção quando olhamos para outras democracias.

É improvável dissertarmos sobre segregação e falta de diversidade sem articular sobre a desigualdade racial. As bases e evoluções do sistema capitalista que conhecemos hoje em dia foram moldados principalmente a partir de um longo histórico de anos de escravidão, racismo, colonização, e exploração principalmente dos povos originários do continente africano. As cicatrizes desse histórico ainda estão refletidas até os dias atuais em nossa sociedade, através do racismo estrutural, onde podemos observar a marginalização da população negra uma vez que os mesmos não possuem as mesmas oportunidades, condições financeiras, educacionais, ou seja, não são assegurados pelo Estado em relação aos serviços básicos que deveriam ser garantidos pelo mesmo. Em alguns países, foi possível observar até o desenvolvimento de um sistema próprio de segregação racial, como foi o caso dos Estados Unidos entre séculos XIX e XX onde era imposto a separação entre brancos e negros em locais públicos como escolas, transportes, banheiros, entre outros. Outro caso notável é o da África do Sul, durante os anos de 1948 a 1994, o regime conhecido como *Apartheid* foi instaurado e estabelecia a segregação racial no país através de legislações que garantiam privilégios a população branca. Tudo isso, corrobora com o racismo não somente dentro das instituições como também do Estado, uma vez que o mesmo nunca garantiu os direitos básicos da população negra bem como a participação político-social desta parcela da sociedade.

Dado os pontos percorridos acima, é evidente a falta de diversidade e representatividade ao longo da história no que tange às decisões políticas e sociais de um país. Entretanto, a crise da democracia liberal não está embasada apenas nisso. Fatores como corrupções e fraudes, crises econômicas agravadas e constantes, problemas sociais domésticos como a falta de segurança, altas taxas de desemprego e inflação, políticas públicas inefetivas elevaram a desconfiança populacional mundial e levaram os mesmos - que estão inseridos em um sistema democrático liberal - a enfraquecer sua crença e apoio nesse sistema, iniciando assim o processo que podemos chamar de deslegitimação, principalmente dos processos burocráticos que envolvem um Estado, como é o caso das eleições.

“Há uma notável simetria entre a situação atual e a do final do século XIX e início do século XX. Hoje, como então, a ideia de uma crise de representação é um tema usual, o que nos leva a crer que estamos diante de uma crise que é muito menos da representação como tal do que de uma forma particular de governo representativo. Cabe, portanto, indagar se as mudanças que hoje atingem a representação não estariam sinalizando a emergência de uma terceira forma de governo representativo, tão estável e coerente quanto o modelo parlamentar e a democracia de partido.” (Manin, 2018)

Como foi apresentado por Bernard Manin em as Metamorfoses do governo representativo, é possível ainda encontrar essa simetria atualmente no século XXI, as mudanças do século XX atingiram a representação política compreendida por algumas gerações anteriores, mas o que vemos a partir de 2010 em diante no mundo todo, é um novo movimento de ruptura com a representação democrática liberal.

“A noção de governo representativo, além disso, sempre esteve vinculada à aceitação da diversidade social. Em sua primeira formulação, a representação aparecia como uma técnica que permitia a instauração de um governo do povo em nações muito populosas e diversificadas.” (Manin, 2018)

A democracia liberal representativa atual como um todo, não representa grande parcela da população e suas diversidades como deveria, o que foi afirmado e comprovado anteriormente neste artigo. Podemos considerar que o início desta ruptura sócio-institucional iniciou-se principalmente nesta questão, o que será analisado no próximo capítulo.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

A crise de legitimidade política é facilmente percebida, a opinião pública é contundente neste quesito. Independente do espectro político, classe social, gênero e raça, a

percepção de ruptura é universal. A grande dificuldade é identificar quais fatores específicos explicam os impulsos antidemocráticos de determinadas parcelas da sociedade.

É possível compreender os motivos por trás desta crise através da análise dos fundamentos psico-sociais presentes em uma ideologia política extremamente oposta à democracia, o fascismo. Oposta não apenas aos valores democráticos, mas ao sentido da própria política, a ideologia fascista nega o debate, a discussão, a deliberação e a diversidade.

Embora nem toda estrutura política contrária à democracia liberal seja necessariamente um Estado fascista, é possível identificar neste os agentes responsáveis pela extinção dos princípios democráticos universais. De maneira geral, Stanley (2018) define fascismo como "(...) qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome."

Uma conceituação que se assemelha bastante à ideia que Castells (2017) tem dos movimentos anti democráticos que surgiram na última década: "Ou seja, a crise de legitimidade política derrubou os partidos tradicionais e agrupou o que restava deles em torno de um novo líder, encabeçando um movimento personalizado em sua liderança com o estandarte de renovação e modernidade."

Os ideais fascistas sempre ganham respaldo na percepção coletiva em momentos de crise. Quando a sociedade se vê em meio ao caos econômico, político e social, depositam seus medos, inseguranças e esperanças em uma figura que promete trazer a ordem e a prosperidade de volta à sociedade. Conforme explica Mounk (2018), a percepção social funciona da seguinte maneira: "Para a crise ser resolvida — para os problemas sumirem, para a economia prosperar, para o país se tornar grande (outra vez) —, precisamos apenas que um leal porta-voz do povo assuma o poder, derrote os traidores e implemente soluções sensatas."

Em sua concepção, este porta-voz é o populista. No entanto, políticos populistas facilmente podem ser conduzidos ao espectro fascista, uma vez que afirmam representar as vontades do povo, consideram que a resistência a seu governo é ilegítima. Frequentemente, isso os leva à tentativas de silenciar e impedir a atuação da oposição (Mounk, 2018). Portanto, é preciso compreender os pontos centrais do arcabouço ideológico que sustenta o fascismo. A definição mais clara do paradigma fascista é apresentada por Stanley:

"Para fazer uma descrição da política fascista é necessário descrever a maneira muito específica pela qual a política fascista distingue "nós" de "eles", apelando para distinções étnicas, religiosas ou raciais, e usando essa divisão para moldar a ideologia e, em última análise, a política. Todo o mecanismo da política fascista trabalha para criar ou solidificar essa distinção." (Stanley, 2018)

Da mesma forma, essa divisão da sociedade como fruto da ideologia fascista também encontra reforço na concepção que Mounk tem à respeito dos políticos populistas:

“O apelo ao povo é tão importante para quem ele exclui quanto para quem ele inclui. Quando os populistas invocam o povo, estão postulando um grupo interno — unido em torno de etnicidade, religião, classe social ou convicção política compartilhada — contra um grupo externo cujos interesses podem ser justificadamente negligenciados. Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do demos, defendendo, de modo implícito, que a consideração política é devida a alguns cidadãos mas não a outros.” (Mounk, 2018)

A principal característica desta divisão é o medo. A polarização social é aprofundada conforme a política fascista se espalha em meio aos caos gerado pelas crises sociais. Stanley explica como essa relação se desenvolve.

“À medida que o medo em relação a “eles” cresce, “nós” passamos a representar tudo o que é virtuoso. “Nós” vivemos no centro rural, onde os valores puros e as tradições da nação ainda existem milagrosamente, apesar da ameaça de cosmopolitismo das cidades da nação, ao lado das hordas de minorias que vivem ali, encorajadas pela tolerância liberal. “Nós” somos trabalhadores e conquistamos nosso primeiro lugar com luta e mérito. “Eles” são preguiçosos, sobrevivem dos bens que produzimos, explorando a generosidade de nossos sistemas de bem-estar social ou empregando instituições corruptas, como sindicatos, para separar os cidadãos honestos e trabalhadores de seus salários. “Nós” somos produtores; “eles” são parasitas.” (Stanley, 2018)

Todas essas percepções são provocadas principalmente por dois fenômenos crescentes do século XXI: a globalização e a deturpação da realidade.

3.1 GLOBALIZAÇÃO E O GOVERNO DAS ELITES

A integração econômica, política e social entre diferentes nações é histórica, mas ela nunca foi tão intensa quanto nas últimas três décadas. A globalização, considerada aqui como estágio avançado do capitalismo, fez os cidadãos assistirem ao crescimento do fluxo de bens, serviços e pessoas com grande expectativa. No entanto, essa euforia inicial foi pouco a pouco sendo substituída por medo e desconfiança. Sob a perspectiva de Castells, o motivo dessa noção negativa tem origem no enfraquecimento dos Estados nacionais:

“A globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem, tais como as crises financeiras, a violação aos direitos humanos, a mudança climática, a economia criminosa ou o terrorismo.” (Castells, 2017)

Dessa forma, a configuração do Estado contemporâneo é inédita, pois ele cede parte de sua soberania para uma rede supranacional de Estados conectados em prol da globalização. Se o próprio Estado não é mais completamente soberano, como consequência, a própria nação perde sua soberania. Ou seja, ainda que de alguma forma um cidadão se sinta representado, o governo não tem mais a capacidade de ser tão responsivo quanto um dia já fora. De qualquer modo, a crise da legitimidade política é acentuada. Além disso, a globalização pode prejudicar o funcionamento da democracia liberal de duas maneiras. A primeira, é pela vertente econômica. A segunda, é pela imigração e a crise identitária.

A desigualdade geral entre os cidadãos é uma das grandes responsáveis pela difusão de ideias antidemocráticas na população. Conforme explica Stanley (2018) “Desde que Platão e Aristóteles escreveram sobre o assunto, os teóricos políticos sabem que a democracia não pode florescer em solo envenenado pela desigualdade,” Mais especificamente, a desigualdade econômica é o maior catalisador para a crise da democracia liberal. Conforme observado no contexto europeu, um colapso na economia pode debilitar a capacidade de atuação do Estado de bem-estar e conseqüentemente a legitimidade política. Castells demonstra que “A crise econômica e as políticas que a geriram na Europa foram um elemento-chave na crise de legitimidade política.” (Castells, 2017). Stanley resume essa relação da seguinte forma:

“A extrema desigualdade econômica é tóxica para a democracia liberal porque gera ilusões que mascaram a realidade, minando a possibilidade de deliberação conjunta para resolver as divisões da sociedade. Aqueles que se beneficiam de grandes desigualdades tendem a acreditar que conquistaram seu privilégio, uma ilusão que os impede de ver a realidade como ela é.” (Stanley, 2018)

É exatamente isto que está acontecendo em várias partes do mundo. A acumulação de riqueza nas mãos de uma elite e a estagnação ou empobrecimento das massas está ameaçando a estabilidade da democracia. Mounk exemplifica:

“E em grande parte do Ocidente, sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido, a parte do leão desse crescimento foi para uma pequena fatia da elite. Conseqüentemente, uma grande parcela da classe média em redutos tradicionais da democracia liberal não consegue sair do lugar.” (Mounk, 2018)

Essa percepção reverbera de diferentes formas nos vários setores da sociedade:

“Essa transformação é dolorosa para pessoas mais velhas que de repente viram seu progresso financeiro paralisado na meia-idade. Mas é ainda mais preocupante para os mais jovens, criados na promessa de que o trabalho árduo se traduziria em uma melhora de suas perspectivas econômicas — e que, em vez disso, estão ficando para

trás das conquistas facilmente obtidas por seus pais em idade equivalente.” (Mounk, 2018)

Além da desigualdade de renda, existem outros fatores econômicos que influenciam a opinião pública. Castells os resume da seguinte forma:

“Ao passo que as camadas profissionais de maior instrução e maiores possibilidades se conectam através do planeta em uma nova formação de classes sociais, que separa as elites cosmopolitas, criadoras de valor no mercado mundial, dos trabalhadores locais desvalorizados pela deslocalização industrial, alijados pela mudança tecnológica e desprotegidos pela desregulação trabalhista. (Castells, 2017)”

Para compreender especificamente como o descontentamento com a economia provoca sentimentos antidemocráticos, é possível verificar a relação entre trabalho e valor no fascismo. Stanley explica:

“Na ideologia fascista, em tempos de crise e necessidade, o Estado reserva apoio para os membros da nação escolhida, para “nós” e não para “eles”. A justificativa é invariavelmente porque “eles” são preguiçosos, carecem de uma ética de trabalho, e não lhes podem ser confiados fundos estatais, além de que “eles” são criminosos e querem viver somente da generosidade do Estado. Na política fascista, “eles” podem ser curados da preguiça e do roubo com trabalho duro. É por isso que os portões de Auschwitz e Buchenwald exibiam o slogan ARBEIT MACHT FREI – o trabalho liberta.” (Stanley, 2018)

Por fim, a questão econômica se reflete em outras esferas de atividade. Mounk conclui:

“A transformação resultante é tanto psicológica como econômica. À medida que o crescimento cessa, a desigualdade cresce e a apreensão aumenta, uma ampla parcela da população se concentra na autorrealização. (...) Ameaçados pelas forças aparentemente incontroláveis da globalização e do terrorismo, reverterem a atitudes menos tolerantes para com as minorias étnicas e religiosas.” (Mounk, 2018)

Ou seja, a crise de legitimidade política é resultado de uma rede de crises que conecta o descontentamento econômico às crises de identidade e movimentos nacionalistas, racistas e xenófobos. A estabilidade de democracias ao longo do século XX foi garantida, em parte, pelo fato de que eram compostas por nações monoétnicas ou dominadas por um grupo étnico específico (Mounk, 2018). Dessa forma, é de se esperar que a crise democrática tenha como uma de suas raízes a crescente pluralidade de identidades presentes em uma nação. Como consequência desta pluralidade, existe um apelo na sociedade de retornar ao que era considerado como normal. Castells exemplifica este sentimento da seguinte forma:

“Voltar à nação como comunidade cultural da qual são excluídos os que não compartilham valores definidos como originários. Voltar à raça, como fronteira aparente do direito ancestral da etnia majoritária. Voltar, também, à família

patriarcal, como instituição primeira de proteção cotidiana diante de um mundo em caos. Voltar a Deus como fundamento.” (Castells, 2017)

A melhor maneira de compreender a conexão entre a crise econômica e os conflitos de raça, etnia e cultura é através da concepção de Stanley à respeito da hierarquia e vitimização: “O projeto fascista combina a ansiedade sobre a perda de status por parte dos membros da verdadeira “nação” com o medo do reconhecimento igualitário para grupos minoritários odiados.” (Stanley, 2018). É justamente na definição desta verdadeira nação que se encontram as origens dos conflitos identitários:

“Quando a hierarquia imperial entra em colapso e a realidade social é exposta, o sentimento hierárquico na metrópole tende a surgir como um mecanismo para preservar a familiar e reconfortante ilusão de superioridade. A política fascista prospera a partir do sentimento de perda e da vitimização resultante da luta cada vez mais tênue e difícil para defender um senso de superioridade cultural, étnica, religiosa, de gênero ou nacional.” (Stanley, 2018)

Esta perspectiva se assemelha à análise que Castells faz sobre o motivo de que parcela dos americanos tiveram para votar em Donald Trump: “Foi um grito de sobrevivência em função de seu único ponto de apoio: serem cidadãos americanos e brancos. Confortados por sua bíblia, sua nação e seu fuzil.” (Castells, 2017). De maneira mais generalista, Castells conclui que “Desse sentimento de exclusão das manifestações culturais dominantes e das categorias protegidas em termos de direitos especiais, surgiu a necessidade de uma afirmação dos esquecidos da política identitária: o homem branco.” (Castells, 2017). Da mesma forma, Stanley fornece uma conclusão bem parecida:

“Há uma longa história de pesquisas de psicologia social sobre o fato de que a crescente representação de membros de grupos tradicionalmente minoritários é vivenciada por grupos dominantes como uma ameaça em vários sentidos. Mais recentemente, um conjunto crescente de evidências da psicologia social respalda o fenômeno dos sentimentos de vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de terem que dividir igualmente o poder com membros de grupos minoritários.” (Stanley, 2018)

A globalização incrementa esse sentimento na medida em que fornece suporte para o cosmopolitismo neoliberal e a imigração. A palavra chave que descreve a percepção dos cidadãos perante essas mudanças é “invasão”. Tanto os partidários de Trump, quanto do Brexit e de Orbán enxergam que existe uma necessidade de recuperar a soberania nacional que havia se perdido. Conforme exemplifica Castells (2017) para os Estados Unidos: “Daí a interpretação generalizada de que a classe operária branca, golpeada pela globalização e ressentida com a imigração, foi o ator da vitória de Trump.” (Castells, 2017). A visão de Castells se assemelha bastante à conclusão de Levitsky e Ziblatt:

“Essa percepção pode explicar a ascensão de um discurso que estabelece uma distinção entre os “americanos verdadeiros” e aqueles que são associados a liberais e ao Partido Democrata. Se a definição de “verdadeiros americanos” for restrita a nativos, falantes de inglês, brancos e cristãos, então fica fácil entender por que os “verdadeiros americanos” podem ver a si mesmos como em declínio.” (Levitsky; Ziblatt, 2018)

Da mesma forma, Castells estende sua análise para o Reino Unido:

“Ou seja, embora a imigração tenha sido o motivo mais palpável da recusa à integração europeia, a resistência à dependência dos fluxos globais e à cultura cosmopolita é o que subjaz como fundamento da sociedade do Brexit. Por isso o voto a favor do Brexit não foi um voto de classe no sentido tradicional do termo, mas um voto dos que, na terminologia empregada na campanha, se sentem abandonados à própria sorte (left behind) e marginalizados pela aceleração da mudança tecnológica, econômica e institucional, sem que as instituições que regulam suas vidas coevoluam adequadamente, mediante novas formas de representação. Pelo contrário. Quanto mais globalização econômica e cultural, mais perda de soberania em favor das instituições supranacionais.” (Castells, 2017)

A consequência disso, é a defesa das identidades, como forma de sobrevivência diante das transformações provocadas pela globalização:

“Porque quanto mais abstrato se torna o sistema de poder articulado nas redes, mais a defesa do direito a ser se refugia em identidades irredutíveis às lógicas dominantes. Ao poder da Rede opõe-se o poder da identidade. E na medida em que o Estado-nação, para fazer parte da Rede, tem que transcender o Eu, a representação dos humanos na construção política democrática baseada na comunidade definida pelo Estado-nação sofre uma profunda crise de legitimidade.” (Castells, 2017)

Stanley também enxerga o poder das identidades na postulação de ideias antidemocráticas:

“O nacionalismo está no cerne do fascismo. O líder fascista emprega um sentimento de vitimização coletiva para criar uma noção de identidade de grupo que é, por sua natureza, oposto ao ethos cosmopolita e ao individualismo da democracia liberal. A identidade do grupo pode se basear em diversos elementos – na cor da pele, na religião, na tradição, na origem étnica. Mas é sempre contrastado com um “outro”, contra o qual a nação se define. O nacionalismo fascista cria um “eles” perigoso, contra o qual devemos nos proteger, às vezes combater, controlar, a fim de restaurar a dignidade do grupo.” (Stanley, 2018)

Por fim, Castells resume suas ideias da seguinte forma: “O temor da globalização incita a buscar refúgio na nação. O medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado. O multiculturalismo e a imigração, dimensões essenciais da globalização, induzem o chamamento à comunidade identitária.” (Castells, 2017)

A conclusão é a de que existe uma relação conflitante entre democracia, globalização e Estado-nação. Embora tenham coexistido bem ao longo de algumas décadas, o

Estado-nação precisa se reinventar para sobreviver em um mundo globalizado e ainda assim garantir o exercício da democracia.

3.2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E AS MÍDIAS SOCIAIS

É impossível promover e praticar a atividade política sem o reconhecimento de bases comuns. Ou seja, para o exercício do debate público saudável e produtivo é necessário que todas as partes envolvidas estejam discorrendo sobre os mesmos fatos - a mesma realidade.

Dessa forma, se há discordâncias sobre o sentido do que significa uma democracia, por exemplo, é impossível a pôr em prática, uma vez que ela não existe de maneira sólida. Como consequência, impera o caos e a estagnação social. É exatamente por este momento que a democracia liberal está passando, sua crise é motivada também pela falta de percepção comum sobre o que é, de fato, real. Como explica Levitsky e Ziblatt:

“Para o nosso sistema político, entretanto, as consequências de sua desonestidade são devastadoras. Numa democracia, os cidadãos têm direito básico à informação. Sem informações críveis sobre o que nossos líderes eleitos estão fazendo, não podemos exercer de forma efetiva o nosso direito de voto. Quando o presidente dos Estados Unidos mente para o público, nosso acesso a informações dignas de crédito é colocado em risco e a confiança no governo é corroída (e como poderia ser diferente?). Quando cidadãos não acreditam em seus líderes eleitos, as fundações da democracia representativa se enfraquecem. O valor das eleições é diminuído quando cidadãos não têm fé nos líderes que elegem.” (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Novamente, esta visão corrobora com a noção que Stanley faz da ideologia fascista:

“Os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado.” (Stanley, 2018)

Nesse sentido, Castells explica que a visão de mundo dos cidadãos é relativa: “Nossa construção da realidade e, por conseguinte, nosso comportamento e nossas decisões dependem dos sinais que recebemos e trocamos nesse universo.” (Castells, 2017). Dessa forma, é possível identificar que as transformações tecnológicas do século XXI auxiliaram a propagação de informações que promovem a distorção da realidade nos cidadãos, entre elas,

as mídias sociais. Para exemplificar, Mounk demonstra o uso das redes sociais na campanha de Donald Trump:

“Durante toda a improvável campanha de Trump, ficou estampado o papel decisivo das mídias sociais em contornar os difusores tradicionais da política americana. Numa época anterior, as redes de TV provavelmente teriam se recusado a levar ao ar suas mentiras descaradas ou as diatribes contra imigrantes, minorias religiosas e adversários políticos. Mas, graças ao Twitter, Donald Trump não precisava da infraestrutura dos veículos de mídia tradicionais.” (Mounk, 2018)

No entanto, o uso das mídias sociais não deve ser relacionado unicamente com a crise da democracia, uma vez que elas não são necessariamente boas ou más. Sua característica mais marcante, portanto, é a maior inclusão dos cidadãos no debate público, diminuindo a distância fomentada pela mídia tradicional e os políticos do establishment que a regulam. Na medida em que se recebe informações conflitantes de diversas fontes, o cidadão fica perdido, e sua realidade é definida por um processo cognitivo de elaboração de decisão que tem como base um reflexo puramente emocional. Sobre isso, Castells explica: “Ainda que o principal efeito dessa cacofonia político-informativa seja o questionamento de tudo aquilo que não podemos verificar pessoalmente. O vínculo entre o pessoal e o institucional se rompe.” (Castells, 2017). Como resultado, perde-se o senso comum, e a consequência mais direta desta perda é a incapacidade de fazer política. Dessa forma, a crise de legitimidade política leva, mais uma vez, à crise da democracia liberal.

4. CONCLUSÃO

A crise de legitimidade política é o resultado direto do desgaste da própria política. Ou ao menos da política na maneira como ela foi concebida na ordem liberal. Seus valores e instituições não acompanharam as transformações sociais e essa dissociação teve como consequência a ruptura entre os cidadãos comuns e seus governantes. Dessa forma, ela está entrelaçada com outras duas crises: a crise da democracia e a crise da representatividade. São três fenômenos paralelos e convergentes que se retroalimentam, confluindo para uma crise ainda maior: a crise da ordem liberal. Ou seja, o colapso das relações internacionais como as conhecemos desde a Guerra Fria.

A crise representativa, por sua vez, representa o afastamento da população com o Estado. Uma vez que os direitos, necessidades e problemas dos cidadãos passam a ser negligenciados, diminuindo sua participação na vida pública, ocorre uma violação na essência da democracia representativa e a fragilização da manutenção dos seus pilares.

Além disso, a crise da legitimidade política reflete-se também na luta midiática. A destruição e reconstrução da realidade feita por diferentes veículos tem o poder de moldar a opinião pública em favor de diferentes projetos de sociedade. Conforme a distinção entre o que é verdade e o que é mentira torna-se cada vez mais deformada, é impossível ter uma democracia plena. A política passa a ser motivada pelo escândalo. O político que melhor souber usar as ferramentas comunicativas consegue formar um caos informacional que impede a construção de uma opinião pública legítima e fiel. A política é subvertida e causa seu próprio fim.

Portanto, não se pode deixar de comentar sobre a tribulação que é encontrada dentro dos sistemas democráticos devido algumas razões iminentes, muitas delas nascem, inclusive, por conta da morte da coletividade. Essa investigação mostra que esse sistema político, apesar de ser muito bem visto pela grande parcela da população, acabará sempre - ou pelo menos, por muito tempo - sofrendo ameaças à sua existência.

Apesar da definição de democracia ter características como direitos igualitários entre os cidadãos e participação através do voto, o maior problema acaba sendo a presença de governantes narcisistas, que usufruem do poder que a própria comunidade dá à eles em prol somente de seus benefícios individuais ou para grupos específicos. A democracia foi, é, e sempre será uma luta constante. Sua sobrevivência depende não apenas de regras e arranjos institucionais, mas de uma mentalidade democrática vivaz. A única maneira de salvar a democracia é garantir a existência de uma população que queira salvá-la.

5. REFERÊNCIAS

Amantino, A. K. Democracia: **A concepção de Schumpeter**. Revista Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 127-140, maio 1998. Disponível em:

<http://cepeac.upf.br/download/rev_n10_1998_art7.pdf>. Acesso em 15 nov. 2023

ARÁBIA SAUDITA concede direito a voto feminino. O Estado de São Paulo, Internacional, p. A11 26 set. 2011. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/357659>>. Acesso em 15 nov. 2023

BERNARD, Manin. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais: RBCS, p. 5–34, 1995. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf>. Acesso em 5 out. 2023.

BLUME, B. A., et al., **Brexit: entenda a separação Reino Unido - União Europeia**. Politize, 29 de junho de 2016. Disponível em:

<<https://www.politize.com.br/entenda-o-brexit/>>. Acesso em 21 nov. 2023

CABRAL NETO, Antônio. **Democracia: velhas e novas controvérsias**. Estudos de Psicologia. Natal:v. 2, n. 2, p. 287–312, dez. 1997. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200005>>. Acesso em 30 out. 2023.

CARNEIRO TAVARES, Rosana. **O sentimento de pertencimento social como um direito básico e universal**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 15, n. 106, p. 179–179, 23 jun. 2014. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p179>>. Acesso em 14 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Tradução: Melo,Joana Angélica d’Avila. São Paulo: Zahar, 2018. [e-book]

Dahl, Robert A. **Poliarquia e Oposição** – 1a ed., 1a reimpressão. Editora USP. São Paulo. 2005 (clássico 9) p.25-50. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5783885/mod_resource/content/1/Poliarquia%20cap%201%20e%20-%20-%20Robert%20Dahl.pdf>. Acesso em 15 nov. 2023

Democracia - Brasil Escola. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=shCNQfoQwqE&t=182s>>. Acesso em: 31 out. 2023.

EDUARDO. **Este mapa mostra o ano em que as mulheres tiveram o direito de votar em cada país do mundo**. UVESP, União dos vereadores do Estado de São Paulo. 10 de março de 2020. Disponível em:

<<https://uvesp.com.br/noticias/este-mapa-mostra-o-ano-em-que-as-mulheres-tiveram-o-direito-de-votar-em-cada-pais-do-mundo/>>. Acesso em 15 nov. 2023.

Espaço e tempo cívicos de Clístenes. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8336/8336_3.PDF>. Acesso em 14 nov. 2023.

EUROPEAN UNION. **Eurobarometer**. Disponível em:
<<https://europa.eu/eurobarometer/about/eurobarometer>>. Acesso em 15 nov. 2023

FRANZÃO, Luana. **Relembre os fatos mais marcantes da trajetória de Trump como presidente dos EUA**. Disponível em:
<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/relembre-os-fatos-mais-marcantes-da-trajetoria-de-trump-como-presidente-dos-eua/>>. Acesso em: 21 nov. 2023

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento) :57-65, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v18s0/13793.pdf> Acesso em 23 nov. 2023

LAUTH, Hans-Joachim. **Critérios básicos para a Democracia: é a responsividade parte de seu círculo íntimo?** Revista Debates, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.115-138, jan.-abr. 2013. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/download/31998/24043/147693>>. Acesso em 15 nov. 2023

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução: Aguiar, Renato. Prefácio: Nicolau, Jairo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. [e-book]

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução: Leite, Cássio de Arantes. Landsberg, Débora. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. [e-book]

OLIVEIRA, Daniele. **Direito das mulheres ao voto completa 90 anos no Brasil; São Paulo tem lei para celebrar a data**. Disponível em:
<<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=434263#:~:text=O%20direito%20ao%20voto%20pela>>
. Acesso em 15 nov. 2023

Por G1. **Conheça Viktor Orbán, o primeiro-ministro conservador da Hungria que o presidente Jair Bolsonaro encontrou**. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/17/conheca-viktor-orban-o-primeiro-ministro-conservador-que-o-presidente-jair-bolsonaro-encontra.ghtml>>. Acesso em 21 nov. 2023

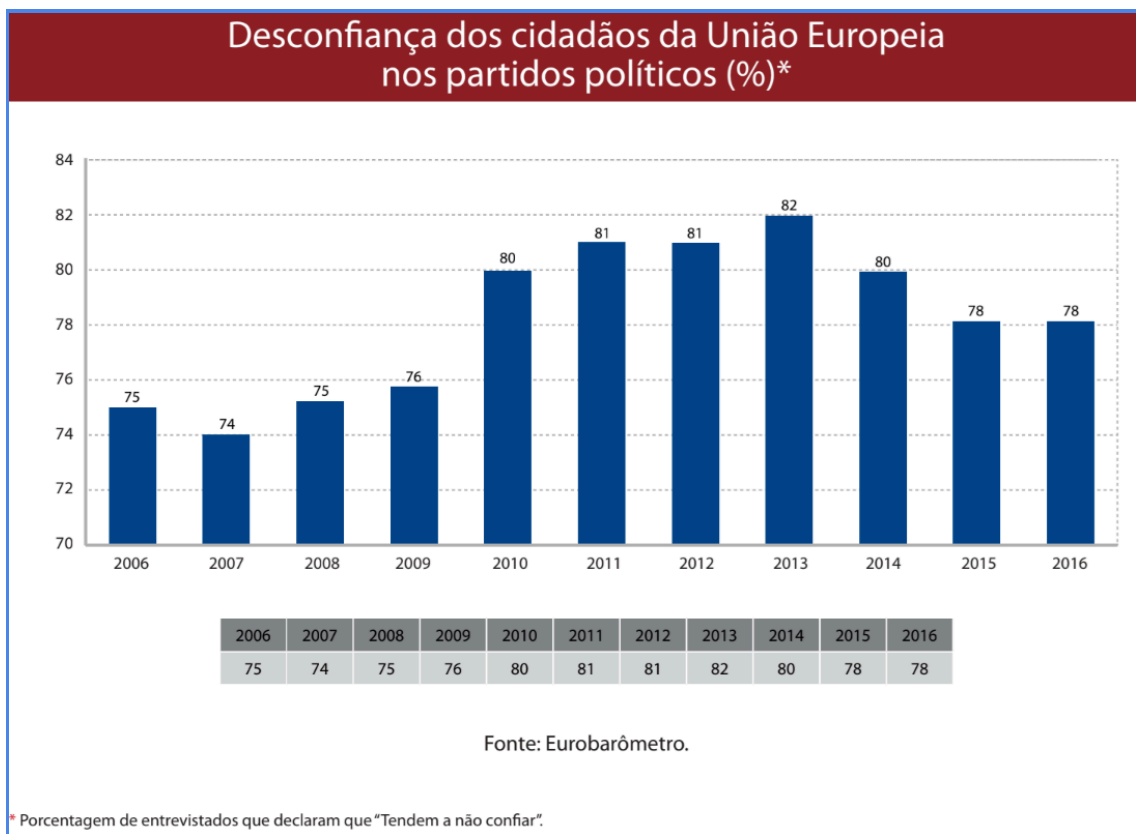
Resumo de História: REVOLUÇÃO INGLESA E REVOLUÇÃO GLORIOSA (Débora Aladim). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gW8IloLp798>>. Acesso em 15 nov. 2023

STANLEY, Jason. **Como funciona o Fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018. [e-book]

THOMAZ, Omar R. **Democracia por entre classes e raças**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18 Nº 53.
53<<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/5xfQbYx5ZBnMCjMLZVtrCOj/?lang=pt&format=pdf>>
Acesso em 23 nov. 2023

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do Pensamento Grego**. Tradução de Ísis Lana Borges. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. [e-book]

6. ANEXOS



Desconfiança dos cidadãos de países selecionados da Europa nos partidos políticos (%)*

Albânia	67	França	90	Países Baixos	60
Áustria	68	Alemanha	64	Polónia	78
Bélgica	76	Grécia	93	Portugal	81
Bulgária	80	Hungria	78	Romênia	77
Croácia	85	Irlanda	72	Sérvia	84
Chipre	85	Itália	88	Eslováquia	77
República Tcheca	85	Letônia	85	Eslovênia	91
Dinamarca	64	Lituânia	77	Espanha	88
Estônia	75	Luxemburgo	49	Suécia	65
Finlândia	64	Malta	61	Turquia	59
República da Macedônia	75	Montenegro	68	Reino Unido	77

Fonte: Eurobarômetro, 2016.

* Porcentagem de entrevistados que declaram que "Tendem a não confiar".